



- 1034
1004
- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
 - Departamento Contábil • Departamento Pessoal
 - Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
 - Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

**FEDERAL INDUSTRIALIZAÇÃO E COMÉRCIO DE
RESÍDUOS METÁLICOS LTDA**

CNPJ n.º 02.302.647/0001-01

RÁPIDO FEDERAL LTDA

CNPJ n.º 17.572.741/0001-40

NOVEMBRO/2015



- 4035 1005
- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
 - Departamento Contábil • Departamento Pessoal
 - Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
 - Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

Plano de Recuperação Judicial consoante a LEI nº 11.101/2005 em atendimento ao artigo 53, para apresentação nos autos do Processo nº: 201503159730 (315973-15.2015.8.09.0051) em trâmite na 10ª Vara Cível da Comarca de Goiânia/GO elaborado por **SOARES & ASSOCIADOS LTDA.**



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	5
2. HISTÓRICO E APRESENTAÇÃO DA EMPRESA.....	6
2.1. Motivos para o Pedido de Recuperação Judicial.....	15
2.2. Plano de Reestruturação Operacional - Viabilidade Econômica.....	23
2.2.1. Área Comercial.....	23
2.2.2. Área Administrativa.....	24
2.2.3. Área Financeira.....	24
2.2.4. Área Operacional.....	25
3. ORGANIZAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO.....	25
3.1. Perspectivas Econômicas - Brasil e Setorial.....	25
3.1.1. Projeção das Receitas.....	28
3.1.2. Projeção de faturamento.....	29
3.1.3. Projeção de Resultados - Consolidado.....	30
3.1.4. Fluxo de Caixa.....	32
3.1.5. Análise.....	36
4. PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDORES DA RJ - CONSOLIDADO.....	37
4.1. Das Classes.....	37
4.2. Da Classificação Dos Créditos E Suas Respective Classes.....	38
4.2.1. Classe I - Créditos Derivados da Legislação do Trabalho.....	40
4.2.2. Classe II - Créditos com Garantia Real.....	40
4.2.3. Classe III - Créditos Quirografários, com Privilégio Especial, com Privilégio Geral ou Subordinados.....	40
4.2.4. Classe IV - Créditos enquadrados como Microempresas ou Empresa de Pequeno Porte.....	41
4.3. PAGAMENTO COM CAIXA PROJETADO.....	41



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

4.3.1.	Classe I – Créditos Derivados Da Legislação Do Trabalho.....	41
4.3.2.	Classe II – Créditos Com Garantia Real.....	42
4.3.3.	Classe III – Créditos Quirografários, Com Privilégio Especial, Com Privilégio Geral Ou Subordinados.....	43
4.3.4.	Classe IV – Créditos Enquadrados Como Microempresa Ou Empresa De Pequeno Porte.....	43
4.3.5.	Início da Contagem do Prazo de Carência para Pagamento dos Credores.....	44
4.3.6.	Reajuste Monetários dos Créditos.....	44
4.4.	Forma de Pagamento dos Créditos.....	44
5.	CREDORES RETARDATÁRIOS.....	49
6.	ALIENAÇÃO DE BENS.....	49
7.	LEILÃO REVERSO.....	50
8.	PRIVILÉGIO AOS CREDORES QUE APOIAREM A RECUPERAÇÃO E CONCEDEREM BENEFÍCIOS A RECURRENTA.....	50
8.1.	Credores que concederem novas linhas de crédito.....	50
8.2.	Tratamento privilegiado aos credores.....	51
9.	PAGAMENTO COMUM.....	52
10.	NOVAÇÃO DA DÍVIDA E SUSPENSÃO DE AÇÕES JUDICIAIS DE COBRANÇA.....	53
11.	CONCLUSÃO RESUMO DAS LIQUIDAÇÕES DE CREDORES.....	54



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este documento foi elaborado com o propósito de abranger e estabelecer os principais termos do Plano de Recuperação Judicial proposto, sob a égide da Lei de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência da Sociedade Empresária (Lei nº. 11.101, de 09 de Fevereiro de 2005 - "Lei de Recuperação e Falências"), do Grupo Econômico **Federal Industrialização e comércio de Resíduos Metálicos LTDA** constituída no ano de 1997, precisamente em 15.12.1997, estabelecida à Rua Pioneira - Quadra área - Lote área - Setor Fazenda Caveiras - Goiânia - Goiás - CEP: 74.583-135, registrada na JUCEG. Sob o nº 522.0145492.3 e CNPJ nº 02.302.647/0001-01 e **Rápido Federal LTDA**, constituída no ano de 2013, precisamente em 01/02/2013, estabelecida à Rua Pioneira Quadra Área Lote Área - Setor Fazenda Caveiras - Goiânia - GO - CEP 74.583-135, complemento, Bloco "B" Pavimento Superior - Escritório na sala 01, registrado na JUCEG sob o nº 522.0318255.6 em 01/02/2013, CNPJ sob o nº 17.572.741/0001-40.

O Grupo econômico possui administração central exercida pelos novos administradores sob a supervisão dos sócios, requereu em 31/08/2015 o benefício legal da Recuperação Judicial, com fulcro nos artigos 47 e seguintes da Lei 11.101/05, tendo seu processo sido distribuído na 10ª Vara Cível da Comarca de Goiânia-GO, sob nº 201503159730 (315973-15.2015.8.09.0051), cujo deferimento do processamento da recuperação judicial ocorreu em 23/09/2015 pela Exma. Dr. Raquel Rocha Lemos, com a publicação de tal decisão no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no dia 30/09/2015.

Para a elaboração do Plano de Recuperação, objeto deste documento, foi contratada a Empresa **Soares & Associados LTDA**. O plano ora apresentado propõe condições especiais para pagamento das obrigações vencidas e demonstra a *viabilidade econômico-financeira* da Empresa Recuperanda, bem como a compatibilidade entre a proposta de pagamento aos Credores e a



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

geração dos recursos financeiros no prazo proposto, consoante dispõe os artigos 50, 53 e 54 da Lei 11.101/05.

2. HISTÓRICO E APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

Trata-se de grupo econômico, mediante o qual a empresa, Federal Industrialização e Comercio de Resíduos Metálicos Ltda., desde o ano de 1997, tem como objeto as seguintes atividades:

- Industrialização – reciclagem de resíduos Metálicos;
- Comércio de sucatas em geral;
- Comércio de produtos siderúrgicos e correlatos;
- Prestação de serviços de carga e descarga;
- Transporte rodoviário de cargas;
- Locação de veículos, equipamentos industriais e correlatos;
- A seleção de alumínio descartado, trituração mecânica de sucata de alumínio com a subsequência classificação e separação; a redução mecânica de peças de alumínio; o corte, a prensagem ou outros métodos de tratamento mecânico para redução de volume de sucatas de alumínio.

Referido empreendimento se notabilizou pela recuperação e reciclagem de resíduos metálicos e sucata em geral, atividade reconhecidamente importante não apenas economicamente, mas principalmente do ponto de vista da sustentabilidade ambiental. O reaproveitamento de resíduos sólidos evita o abandono no meio natural, onde a decomposição natural pela ferrugem é de alguns anos, para realocação na produção industrial, o que torna a empresa vital



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

para a sociedade como um todo, em especial a goianiense em razão da ausência de locais apropriados de descarte do lixo sólido.

Outro fator que remonta à grande importância do empreendimento está na quantidade de pequenos fornecedores, como pormenorizado mais adiante. Esses fornecedores menores são pessoas que encontraram na coleta do lixo metálico uma fonte de renda importante, o que as tornou donas do próprio micro empreendimento - que são, em verdade, postos indiretos de trabalho criados.

O número de funcionários em operação direta no negócio é também consideravelmente grande o que aumenta a responsabilidade social em razão da dependência de numerosa quantidade de famílias.

O capital social de R\$ 2.200.000, totalmente integralizado, através de aporte dos sócios, passou para o valor de **R\$ 5.842.520,00** (cinco milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, e quinhentos e vinte reais), representado por 5.842.520, quotas, no valor, R\$ 1,00 (um real) cada, conforme a 21ª Alteração contratual, registrado em 25/04/2013, sob o nº 52130707/88-0,

A composição societária é a seguinte:

Sócios:

Nome:	José Leopoldo de Sant'Anna Júnior	Carlos Augusto Ramos de Sant'Anna
Cargo:	Sócio-Proprietário	Sócio - Diretor ADM Financeiro
Qtd Ações:	5.258.268	584.252
Valor Cotas:	R\$ 5.258.268,00	R\$ 584.252,00
% Capital:	90,00%	10%
Data entrada:	24 de novembro de 1998	12 de Setembro de 2003
CPF:	267.245.536-87	533.570.786-00

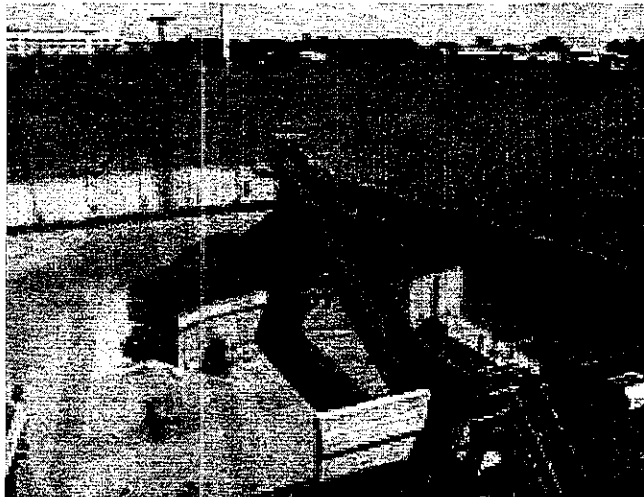
A empresa **Federal Ind. e Com. de Res. Metálicos Ltda**, possui uma visão arrojada, sempre em busca da qualidade de seus serviços de transformação e a sustentabilidade como bases de seu desenvolvimento e liderança de mercado. Tem como missão participar com excelência no processo



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

de reciclagem de resíduos metálicos, satisfazendo o cliente de maneira mutuamente benéfica. Entre seus valores, destaca-se uma filosofia de trabalho pautada na organização, transparência, cordialidade e respeito no trato com cliente, fornecedores e colaboradores, em uma crescente parceria com todos.

Tecnologia para o Meio Ambiente



A **Federal Ind. e Com. de Res. Metálicos Ltda.**, possui a máquina Schreder, que processa a sucata metálica deflagrando suas impurezas, o que torna a qualidade do produto final superior aos demais disponíveis no mercado. Através de estudos técnicos que visam antecipar e solucionar os impactos gerados na produção, a empresa procura superar os desafios ambientais através da adoção de medidas para garantir a sustentabilidade. Com este intuito, além de sua atividade já representar limpeza ao meio ambiente, plantou árvores em toda a extensão de seu espaço industrial para promover uma barreira natural contra possíveis emissões atmosféricas e difunde a importância da reciclagem entre seus colaboradores.

Handwritten signatures and initials.



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

» O lixo de muitos, o sustento de outros

O aço é utilizado em diversos materiais, desde latas até carros. Sua reciclagem é tão antiga quanto a própria história de sua utilização. O aço pode ser reciclado infinitas vezes, com custos menores e menos dispêndio de energia do que na sua criação inicial. Ele pode ser separado de outros resíduos por diversos processos químico-industriais e voltar a ser utilizado sem perder suas características iniciais.

A lata de aço é uma das embalagens mais utilizadas em todo mundo para acondicionar alimentos e produtos diversos. A embalagem pode ser degradada pelo próprio ambiente, através do processo de ferrugem, num prazo médio de três anos. Porém o aço, se aproveitado, pode gerar economias e menos agressão ao meio ambiente.

Estudos dizem que a cada 75 latas de aço recicladas, uma árvore é salva, pois, do contrário, viraria carvão vegetal. O aço também é muito utilizado na construção civil para sustentar estruturas de concreto.

Detritos tratados e divididos por categoria:



Nas diversas filiais o resíduo metálico é coletado e separado para carregamento e envio à unidade de produção de Goiânia, onde ocorre o processamento.



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

FEDERAL INDUSTRIALIZAÇÃO E COMÉRCIO DE RESÍDUOS METÁLICOS LTDA

CNPJ n.º 02.302.647/0001-01

RÁPIDO FEDERAL LTDA

CNPJ n.º 17.572.741/0001-40

NOVEMBRO/2015



- 4035
1005
- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
 - Departamento Contábil • Departamento Pessoal
 - Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
 - Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

Plano de Recuperação Judicial consoante a LEI nº 11.101/2005 em atendimento ao artigo 53, para apresentação nos autos do Processo nº: 201503159730 (315973-15.2015.8.09.0051) em trâmite na 10ª Vara Cível da Comarca de Goiânia/GO elaborado por **SOARES & ASSOCIADOS LTDA.**



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	5
2. HISTÓRICO E APRESENTAÇÃO DA EMPRESA.....	6
2.1. Motivos para o Pedido de Recuperação Judicial.....	15
2.2. Plano de Reestruturação Operacional - Viabilidade Econômica.....	23
2.2.1. Área Comercial.....	23
2.2.2. Área Administrativa.....	24
2.2.3. Área Financeira.....	24
2.2.4. Área Operacional.....	25
3. ORGANIZAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO.....	25
3.1. Perspectivas Econômicas - Brasil e Setorial.....	25
3.1.1. Projeção das Receitas.....	28
3.1.2. Projeção de faturamento.....	29
3.1.3. Projeção de Resultados - Consolidado.....	30
3.1.4. Fluxo de Caixa.....	32
3.1.5. Análise.....	36
4. PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDORES DA RJ - CONSOLIDADO.....	37
4.1. Das Classes.....	37
4.2. Da Classificação Dos Créditos E Suas Respectives Classes.....	38
4.2.1. Classe I - Créditos Derivados da Legislação do Trabalho.....	40
4.2.2. Classe II - Créditos com Garantia Real.....	40
4.2.3. Classe III - Créditos Quirografários, com Privilégio Especial, com Privilégio Geral ou Subordinados.....	40
4.2.4. Classe IV - Créditos enquadrados como Microempresas ou Empresa de Pequeno Porte.....	41
4.3. PAGAMENTO COM CAIXA PROJETADO.....	41



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

Já a **Rápido Federal LTDA**, constituída no ano de 2013, precisamente em 01/02/2013, estabelecida à Rua Pioneira Quadra Área Lote Área - Setor Fazenda Caverias - Goiânia - GO - CEP 74.583-135, complemento, Bloco "B" Pavimento Superior - Escritório na sala 01, registrado na JUCEG sob o nº 522.0318255.6 em 01/02/2013, CNPJ sob o nº 17.572.741/0001-40, é a empresa que tem como objeto social as seguintes atividades:

- Transporte rodoviário de Cargas em geral, Intermunicipal, Interestadual e Internacional, "escritório";
- Transporte Rodoviário de Cargas em Geral, Municipal, "Escritório";
- Atividade de Carga e Descarga, "Escritório";

Capital Social:

O capital social é de R\$ 593.000,00 (Quinhentos e noventa e três mil reais), totalmente integralizados, com valor nominal das quotas em R\$ 1,00 (um real), capital este aumento em 15/07/2013 sob o nº 52131287672 com a integralização em espécie de R\$ 493.000,00 (quatrocentos e noventa e três mil reais).

Sócios:

Referida empresa tem a mesma composição societária da empresa de transformação:

Nome:	José Leopoldo de Sant'Anna Júnior	Carlos Augusto Ramos de Sant'Anna
Cargo:	Sócio-Proprietário	Sócio - Diretor ADM Financeiro
Qtd Ações:	533.700	59.300
Valor Cotas:	R\$ 533.000,00	R\$ 59.300,00
% Capital:	90,00%	10%
Data entrada:	01/02/2013	01/02/2013
CPF:	267.245.536-87	533.570.786-00

O Grupo econômico tem atualmente cerca de **quatrocentos (400) fornecedores diretos de matéria - prima**, formando uma carteira de **fornecedores indiretos de mais de duas**



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

mil e quinhentas (2.500) pessoas e cerca de duzentos (200) Fornecedores de suprimentos gerais (combustível/pneus/ferramentas/peças).

Contribuí com o meio ambiente retirando mensalmente seis mil (6000) toneladas de resíduos que poderiam estar se acumulando na natureza.

Entre seus pontos positivos o grupo econômico possui estrutura para entregas rápidas, qualidade dos materiais, transporte próprio, capacidade de armazenagem de grande estoque de equipamentos e funcionários qualificados num total de duzentos e vinte (220) colaboradores.

No seu segmento de reciclagem de resíduos absorve sessenta por cento (60%) de materiais para reciclagem dentro do estado de Goiás e Distrito Federal.

O Grupo econômico é pioneiro no processo de trituração de sucata metálica e o único a deter a tecnologia no Centro Oeste brasileiro com o equipamento Schreder.

No gráfico adiante elaborado para melhor visualização, é possível observar que o grupo econômico apresentou, até o ano de 2014, elevadas taxas de crescimento (aproximadamente 14% a.a), o que, contudo, não se traduziu em resultados, conforme adiante se explicita.

PRINCIPAIS CLIENTES:

- ARCELORMITTAL BRASIL S/A
- VOTORANTIM SIDERRURGIA S.A.
- VALLOUREC E SUMITO T. DO BRASIL LTDA
- SIDERÚRGICA NORTE BRASIL S/A

PRINCIPAIS FORNECEDORES:

- ZEMA CIA. DE PETRÓLEO LTDA



- 1015 035
- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
 - Departamento Contábil • Departamento Pessoal
 - Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
 - Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

- BELCAR CAMINHÕES E MAQUINAS LTDA.
- SUÉCIA VEÍCULOS S/A
- SAMA AUTOPEÇAS DIST. AUTOMOTIVA
- G.A. SILVA & CIA LTDA
- METALFORTE IND. METALURG. LTDA
- GOIÁS CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA

PRINCIPAIS FORNECEDORES DE SUCATAS

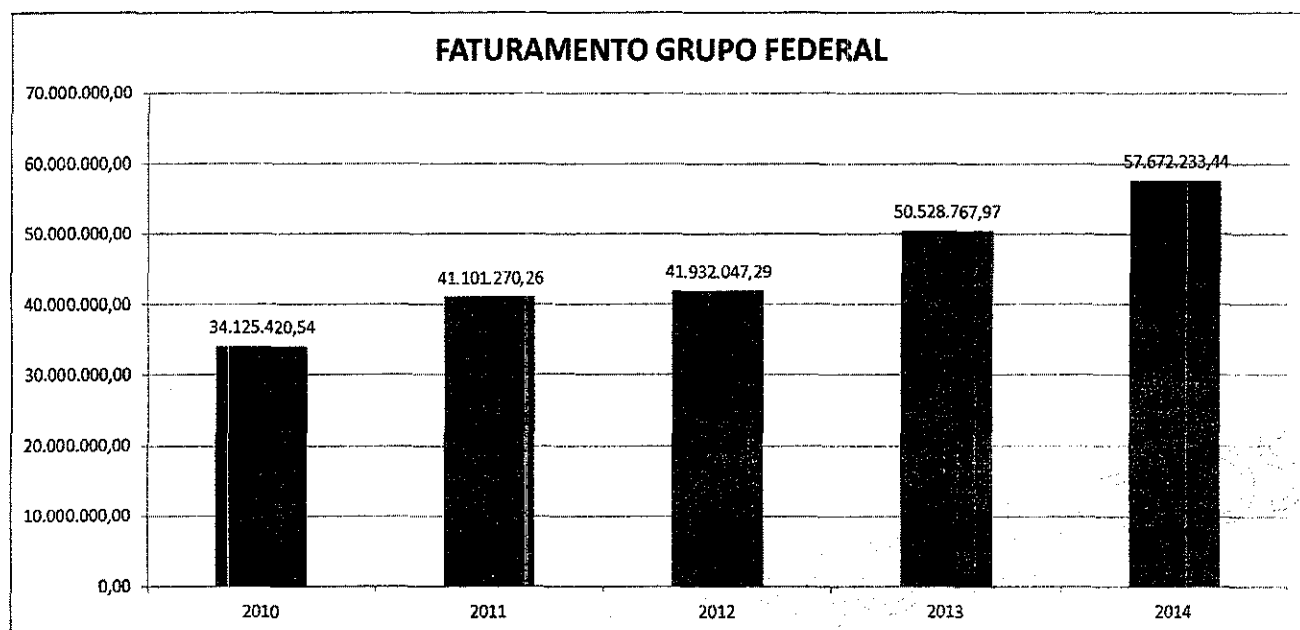
- JOHN DEERE DO BRASIL S/A
- METALFORTE IND. METALURG. LTDA
- FERROBRAZ INDUSTRIAL LTDA
- GRAVIAINDUSTRIA DE PERFILADOS DE AÇO LTDA
- VOTORANTIM SIDERURGIA S/A
- DIMAFER PRODUTOS SIDERURGICOSLTDA



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

FATURAMENTO DO GRUPO ECONÔMICO

EMPRESA	2010	2011	2012	2013	2014
FEDERAL IND. COM. METÁLICOS LTDA	34.125.420,54	41.101.270,26	41.932.047,29	39.825.777,97	46.335.397,44
RÁPIDO FEDERAL LTDA	0,00	0,00	0,00	10.702.990,00	11.336.836,00
FATURAMENTO GRUPO FEDERAL	34.125.420,54	41.101.270,26	41.932.047,29	50.528.767,97	57.672.233,44



Importante esclarecer que a **Receita Bruta** é o total de bens e serviços em determinado período. Nela estão inclusos os impostos sobre vendas (os quais pertencem ao governo) e não foram abatidas as devoluções (vendas canceladas) e descontos ocorridos no período. As devoluções e os descontos correspondem às deduções. Os impostos e taxas sobre as vendas são aqueles gerados no momento da venda e variam proporcionalmente à venda, ou seja, quanto maior for o total de vendas, maior será o imposto, e estes fazem parte também das deduções.

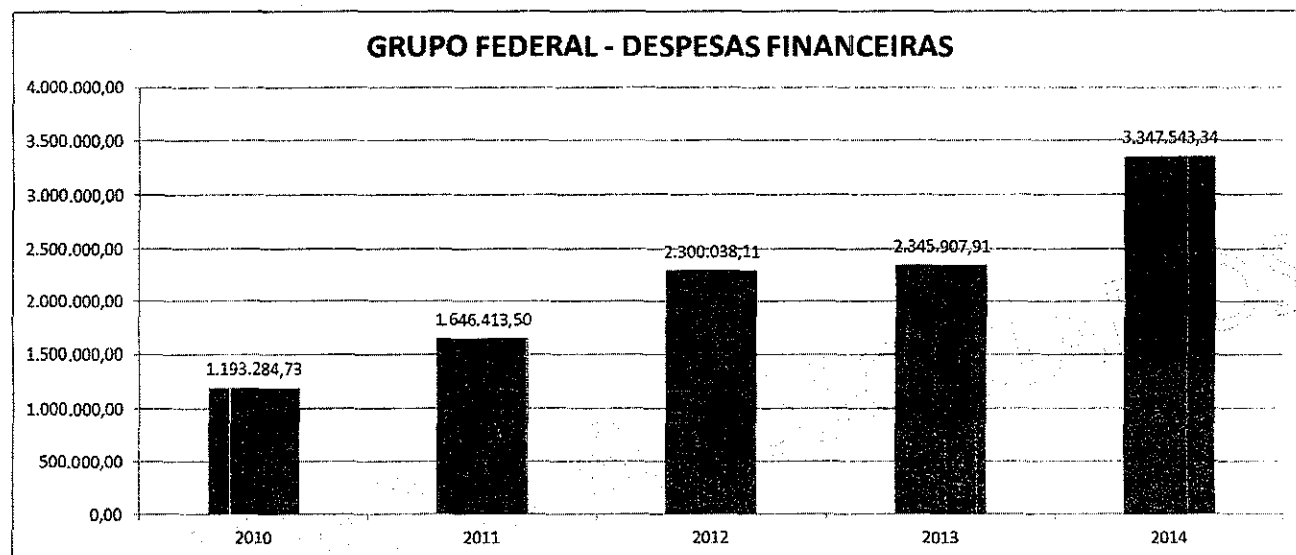


- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

DESPESAS FINANCEIRAS

De se ressaltar que, no ano de 2014, o pagamento reservado para honrar juros representou 8% da Receita Líquida, enquanto no ano de 2010 representava 4%. E, a tendência para o ano de 2015, expurgando qualquer benefício advindo de medidas judiciais com a Recuperação Judicial, seria um crescimento do pagamento de juros, atingindo a casa de 12% da Receita Líquida.

EMPRESA	2010	2011	2012	2013	2014
FEDERAL IND. COM. METÁLICOS LTDA	1.193.284,73	1.646.413,50	2.300.038,11	2.264.711,91	3.096.278,34
RÁPIDO FEDERAL LTDA	0,00	0,00	0,00	81.196,00	251.265,00
DESPESAS FINANCEIRAS GRUPO	1.193.284,73	1.646.413,50	2.300.038,11	2.345.907,91	3.347.543,34



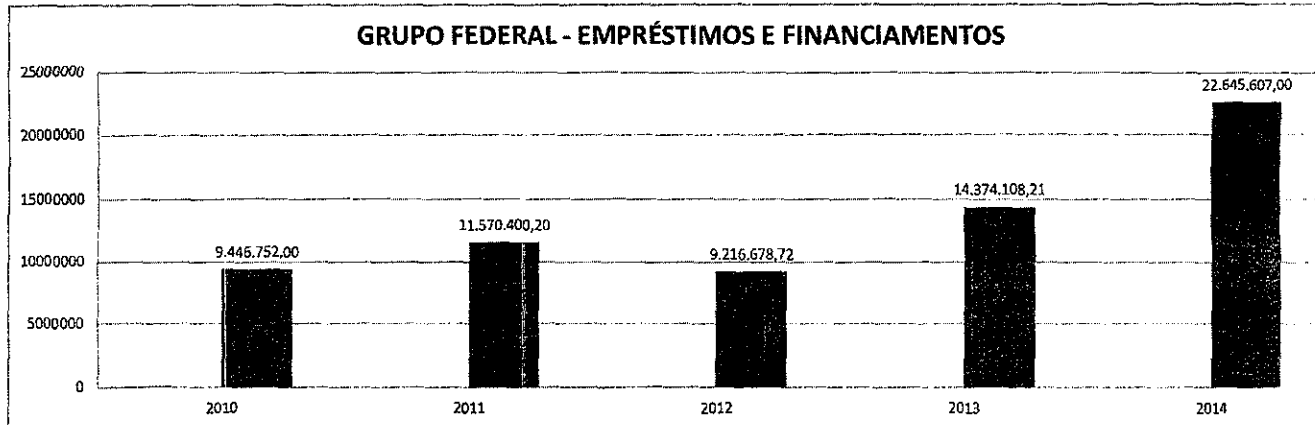
ENDIVIDAMENTO FINANCEIRO

Assim, o resultado do descompasso financeiro é que o Endividamento Bruto apresentou uma taxa de crescimento médio de vinte e nove por cento (29%) ao ano, cuja evolução pode ser verificada no gráfico a seguir:



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

ENDIVIDAMENTO BRUTO	2010	2011	2012	2013	2014
FEDERAL IND. COM. METÁLICOS LTDA	9.446.752,00	11.570.400,20	9.216.678,72	14.224.108,21	21.395.607,00
RÁPIDO FEDERAL LTDA				150.000,00	1.250,00
GRUPO ECONÔMICO	9.446.752,00	11.570.400,20	9.216.678,72	14.374.108,21	22.645.607,00
		122%	80%	156%	1



% PARTICIPAÇÃO DOS CLIENTES NO FATURAMENTO

ARCELORMITTAL	GERDAU S/A	RAUL GONTIJO	SIDERURGICA N	SOMASA INDUST	VALDIR FRANCI	VALLOUREC E S	VOTORANTIA SI	Total
76,10%	0,48%	0,00%	5,52%	0,11%	0,01%	4,67%	13,11%	100,00%

Nada obstante as dificuldades financeiras enfrentadas, a operação atual do grupo econômico é viável, desde que haja uma adequação do seu passivo à geração de caixa projetada para os próximos anos, dentro da nova realidade negocial das Autoras.

2.1. Motivos para o Pedido de Recuperação Judicial

O Grupo econômico, conforme o breve histórico acima delineado tem como objetivo a reciclagem e trituração de resíduos metálicos e transporte de cargas, ambicionando estar entre as maiores recicladoras do Brasil, tanto em nível de faturamento quanto de produção.

Diante da aspiração ao crescimento empresarial, bem como das necessidades de mercado, a busca pela expansão do seu negócio até mesmo para não estagnar e ser "engolido" pela



- 404 1019
- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
 - Departamento Contábil • Departamento Pessoal
 - Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
 - Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

concorrência, o grupo econômico desde o ano de 2010 vem elaborando planejamento estratégico para alcançar os seus objetivos.

Contudo, ante a retração do mercado nacional, bem como problemas com a precificação internacional das *commodities* (dentre as quais se encontra o lixo metálico reciclado), cuja variação para baixo afetou não somente o ambiente nacional, mas de todo o mundo, o grupo acabou se vendo em uma situação de crise que não pode ser superada de outra forma, senão a recuperação judicial.

Conforme se verificará, a crise econômico-financeira das Autoras decorre da soma de diversos fatores, tais como:

II.1 - Aumento do custo financeiro da operação (ante a necessidade de busca de recursos para alavancar suas atividades e reposição dos ativos)

O grupo econômico apresenta em seus demonstrativos resultado positivo acumulado do ano de 2010 a 2014 no valor de R\$ 2.433.152,50 (Dois milhões quatrocentos e trinta e três mil, cento e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos). Através de análise das contas patrimoniais e de resultado fica evidenciado que para a obtenção destes resultados foi necessário dispor de Veículos e imóveis para suprir contas negativas.

Em palavras diversas, o grupo alienou ativo imobilizado para contar com geração de caixa e poder prosseguir honrando com seus compromissos, ante a queda dos preços de seu produto. Releva observar que a atividade principal das Autoras funciona como um funil, onde há uma gama numerosa de fornecedores e diminuta quantidade de clientes que, em razão do tamanho e força econômica que exercem no mercado, ditam os preços finais, o que sufoca e inibe em momentos de crise como o atualmente vivido a possibilidade de aumento de ganhos.



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

Em contrapartida, o Grupo teve necessidade de concretizar a reposição dos veículos para prosseguir na coleta e fornecimento de forma ágil para atender as expectativas de mercado, o que impôs a contratação de financiamentos bancários.

Do ano de 2011 a 2014, o grupo econômico realizou a venda de ativos imobilizados que resultaram em uma receita não operacional no valor de **R\$ 5.869.403,30, (Cinco milhões oitocentos e sessenta e nove mil quatrocentos e três reais e trinta centavos)** recursos estes aplicados no caixa da empresa para pagamento de contas e financiamentos bancários.

Com a análise do desenvolvimento operacional, considerando as vendas e despesas ligadas diretamente à atividade da empresa, chegou-se ao prejuízo acumulado de 2010 a 2014, no valor de **R\$ 3.807.665,83 (Três milhões, oitocentos e sete mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e oitenta e três centavos)**.

Prejuízo que poderia ter sido ainda maior se a empresa não obtivesse o benefício PRODUZIR, firmado através do contrato nº 106/2015 com o Estado de Goiás, com prazo estabelecido até 01/12/2020, que gerou Estorno de despesas com ICMS no valor de R\$ 12.967.066 (Doze milhões, novecentos e sessenta e sete mil e sessenta e seis reais).

A empresa buscou recursos em curto prazo (empréstimos/financiamentos) no mercado financeiro e junto a terceiros, com o que adquiriu máquinas e equipamentos, ocasionando, por consequência, um aumento de quase o dobro dos seus custos financeiros.

II.2 - Aumento do custo de aquisição dos resíduos e depreciação do preço de venda.

A necessidade de sucessivas operações financeiras (empréstimos/financiamentos) decorreu do alto custo para fins de aquisição de matérias-primas em volume suficiente para atender a demanda dos clientes.

[Handwritten signatures and initials]



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

Todos os fornecedores têm como exigência o pagamento no momento da entrega da matéria - prima, o que impõe à empresa a necessidade de dispor de caixa positivo em todos os dias de operação.

Disso resultou a equação não equivalente de vendas a preços não satisfatórios, de um lado, com a inesperada onda crescente dos juros proveniente de um mercado financeiro que já previa antecipadamente o desastre econômico causado pelos constantes desajustes fiscais do Governo Federal.

Portanto, a dificuldade decorrente do desencontro entre ciclos operacional e financeiro, de forma a obrigar a empresa a buscar recursos financeiros lastreados nos recebíveis com preços retraídos pela baixa atividade industrial que já vem desde o final do ano de 2013, trouxe as empresas recuperandas à situação atual, em que os valores pagos por seus clientes não se mostraram suficientes e adequados à manutenção de sua própria operação, em oposição aos custos demasiadamente altos.

Se, de um lado, as recuperandas não tem como controlar os preços pagos aos seus fornecedores em razão da pulverização e da concorrência, de outro lado, os valores dos contratos que ela fecha com clientes são por eles impostos em razão da crescente concentração que existe no mercado, além do fechamento de importante cliente, como a Vallourec&Sumittomo e diminuição de compras pela ArcelorMittal, em razão da forte retração econômica.

É com o objetivo de evitar o pior, com o fechamento das atividades das Autoras, perda de empregos e perda de toda a estrutura social que envolve a reciclagem de metálicos é que se formula este pedido de recuperação judicial, porquanto as notícias recentes (documentos inclusos), na mídia especializada, tratam do fechamento de postos de trabalho e fechamento dos fornos pelas usinas siderúrgicas em razão da forte retração do mercado. O destino final da combinação de preços baixos com juros altos seria suficiente para levar ao fechamento do grupo econômico. No entanto, a diminuição das vendas pela paralisação dos clientes das Autoras, como é o caso da ArcelorMittal



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

(notícia em documento anexo) agregou considerável dificuldade à manutenção do negócio sem o *favor rei* aqui postulado, já que se espera por momentos melhores no futuro, onde a atividade econômica do País consiga se reerguer.

II.3 - Paralisação das atividades da empresa VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DOBRASIL

Como já visto acima, um importante e inesperado baque às atividades das Autoras veio sufocar ainda mais o transcurso do planejamento estratégico de evolução adotado nas empresas que foi a paralisação completa das atividades do cliente **VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL em 01 de Junho de 2015**, que representava 12% do faturamento do grupo econômico.

Repentinamente, importante parcela dos ganhos auferidos pelo grupo econômico foi extinto.

II.4 - Crise nas indústrias Brasileiras

As vendas de produtos siderúrgicos ao mercado brasileiro em junho de 2015 mostraram impressionante queda de nove por cento (9,0%) em relação a junho de 2014, o que representa a retirada de processamento do mercado de 1,5 milhão de toneladas. As vendas acumuladas em 2015, de 9,7 milhões de toneladas, mostraram debacle de **12,9%** com relação ao mesmo período do ano anterior. Ressalte-se que em 2015, para o período em referência, houve declínio mais acentuado de vendas do que aquele verificado em 2014 quando comparado a 2013.

Com relação ao consumo aparente nacional, o resultado de junho de 2015 foi de 1,8 milhão de toneladas de produtos siderúrgicos, totalizando 11,7 milhões de toneladas no período de janeiro a junho de 2015. Esses volumes representaram queda de 7,5% e 10,4%, respectivamente, em relação aos mesmos períodos do ano anterior.



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

Em contrapartida e na contramão de outros países, os parcos esforços do Governo Federal em reduzir o descalabro do "CUSTO BRASIL" fez com que a indústria nacional e quem produz aqui fossem uma vez mais desprestigiados com relação aos estrangeiros. É que as importações tiveram alta no período, pois registrou-se em junho o volume de 330 mil toneladas (US\$ 283 milhões) totalizando, desse modo, 2,1 milhões de toneladas de produtos siderúrgicos importados no ano, alta de 4,3% em relação ao mesmo período de 2014.

Apesar das condições adversas do mercado internacional, as exportações de produtos siderúrgicos em junho atingiram 1,2 milhão de toneladas, no valor de 571 milhões de dólares, o que é devido, principalmente, às operações "intercompanies" de fornecimento de semiacabados para alimentar plantas na Europa e nos EUA, e, também, **devido a ações emergenciais do setor, em depreciação de preços**, com o objetivo de evitar redução ainda maior do grau de utilização da capacidade instalada. Com esse resultado, as exportações até junho de 2015 totalizaram 5,7 milhões de toneladas e 3,3 bilhões de dólares, crescimento de 46,1% em volume e de 12,7% em valor, quando comparados ao mesmo período do ano anterior.

A produção brasileira de aço bruto em junho de 2015 foi de 2,8 milhões de toneladas, alta de 2,1% quando comparada ao mesmo mês em 2014. Em relação aos laminados, a produção de junho, de 1,8 milhão de toneladas, apresentou queda de 6,3% quando comparada com junho do ano anterior. Com esses resultados, a produção acumulada nos seis primeiros meses de 2015 totalizou 17,1 milhões de toneladas de aço bruto e 12,0 milhões de toneladas de laminados, aumento de 2,0% e queda de 4,8%, respectivamente, sobre o mesmo período de 2014.

Em palavras diversas, se o mercado atualmente não apresenta condições favoráveis, há potencial de crescimento futuro e médio prazo, o que pode traduzir-se na salvaguarda não apenas das Autoras, mas de todo o mercado de produção de aço do país.



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

Os dados consolidados do setor, referentes ao ano de 2014, estão disponíveis abaixo.

DADOS DE MERCADO

Parque produtor de aço: 29 usinas, administradas por 11 grupos empresariais.

Capacidade instalada: 48,9 milhões de t/ano de aço bruto

Produção Aço Bruto: 33,9 milhões de t

Produtos siderúrgicos: 31,9 milhões de t

Consumo aparente: 24,6 milhões de t

Número de colaboradores: 128.803

Saldo comercial: US\$ 2,7 bilhões

14º Exportador mundial de aço (exportações diretas)

6º Maior exportador líquido de aço (exp - imp): 5,8 milhões de t

Exporta para mais de 100 países

Exportações indiretas (aço contido em bens): 2,3 milhões de t

Consumo per capita de aço no Brasil: 121 quilos de produto siderúrgico/habitantes

Principais setores consumidores de aço: Construção Civil; Automotivo; Bens de capital, Máquinas e Equipamentos (incluindo Agrícolas); Utilidades Domésticas e Comerciais.

JUNHO 2015 - PRODUÇÃO SIDERÚRGICA BRASILEIRA

PRODUTOS	JAN/JUN		15/14	ABR	MAI	JUNHO		15/14	ÚLTIMOS
	2015(*)	2014	(%)	2015	2015	2015(*)	2014	(%)	12 MESES
ÇO BRUTO	17.075,4	16.748,2	2,0	2.895,9	2.953,1	2.776,5	2.718,5	2,1	34.224,2
LAMINADOS	11.965,0	12.574,7	(4,8)	2.048,4	1.907,1	1.849,4	1.972,7	(6,3)	24.306,7
PLANOS	7.035,9	7.046,5	(0,2)	1.182,7	1.066,2	1.140,3	1.134,2	0,5	14.218,1
LONGOS	4.929,1	5.528,2	(10,8)	865,7	840,9	709,1	838,5	(15,4)	10.088,6
SEMI-ACABADOS PAVENDAS	4.009,3	2.899,1	38,3	650,0	853,2	877,8	645,0	36,1	8.113,0
PLACAS	3.498,1	2.650,2	32,0	549,8	769,6	734,8	562,5	30,6	7.356,2
LINGOTES, BLOCOS E TARUGOS	511,2	248,9	105,4	100,2	83,6	143,0	82,5	73,3	755,8
FERRO-GUSA (Usinas Integradas)	14.027,3	12.751,5	10,0	2.362,4	2.443,8	2.324,4	2.203,3	5,5	28.292,1

(*) Dados Preliminares.



- 10/05
- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
 - Departamento Contábil • Departamento Pessoal
 - Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
 - Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

Como conclusão de todo o exposto, o Grupo Econômico se encontra com alto grau de alavancagem financeira, tendo de lidar com elevados passivos de curto prazo, que consomem o seu fluxo de caixa, e acabam acarretando vultosas despesas financeiras, tendo em vista a necessidade constante de prolongamento da dívida, bem como a necessidade de ingresso de capital, ainda que estes acarretem altos custos financeiros, devido à assunção de dívidas para aquisição de máquinas e equipamentos, que hoje somente representam acúmulo de despesas, sem faturamento correspondente ao investimento.

De se notar os contratos repactuados (em anexo) recentemente com a finalidade exclusiva de evitar o pior, pois atualmente a disponibilidade de caixa não permite a continuidade dos pagamentos. Os credores se aproveitam, em momentos assim, para impor condições cada vez piores, o que representa remédio não somente amargo ao paciente, mas em doses que ele não suporta.

Assim, a situação atual enfrentada pela Autoras faz com que não tenha condições, pelo menos em curto prazo, de honrar o passivo acumulado, acarretando a dificuldade econômico-financeira enfrentada pelo GRUPO ECONÔMICO.

Registre-se que as dificuldades por que passa a autora, não se restringem somente à falta de capital de giro momentânea, envolvendo, pelo contrário, aspectos não só financeiros, mas, também econômicos e estruturais.

Nestas Contingências e com o objetivo de solucionar as causas da crise antes que suas consequências se tornem irreversíveis, a autora identificou no instituto da Recuperação Judicial o meio mais adequado para alcançar a sua reorganização e, evidentemente, saldar seu passivo.



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

2.2. Plano de Reestruturação Operacional – Viabilidade Econômica

A lei de recuperação de empresas, consagra em seu artigo 47 o “Princípio Maior de Preservação da Empresa” para manutenção de sua função social e o estímulo à atividade econômica, preservando a fonte produtora do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos Credores.

Após o pedido de recuperação judicial o Grupo Econômico através de seus novos consultores e sócios, desenvolveram um plano de reestruturação *financeiro-operacional* visando à lucratividade necessária para permitir a liquidação de seus débitos e a manutenção de sua viabilidade econômico-financeira no médio e longo prazo, o que depende não só da solução da atual situação de endividamento, mas também, e fundamentalmente, da melhoria de sua capacidade de geração de caixa. As medidas identificadas no Plano de Reestruturação Financeiro-Operacional estão incorporadas a um planejamento para o período médio de 60 (sessenta) a 120 (cento e vinte) meses e estão fundamentadas nas seguintes decisões estratégicas:

2.2.1. Área Comercial

- Reestruturação de políticas comerciais;
- Plano orçamentário para contratação de terceirizados e acompanhamento de gastos fixos ao final de cada mês, com atualizações semanais;
- Plano de ação para realização de parcerias estratégicas;
- Reformulação da política comercial em relação às margens/rentabilidade;
- Basear a liderança da empresa em parcerias estratégicas.



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

2.2.2. Área Administrativa

- Programa de redução do quadro funcional e de gasto com pessoal e horas extras e redução de despesas fixas, evitando gastos desnecessários, desperdícios e ações sem planejamento;
- Fortalecimento da política de recursos humanos para que contemple: planos de carreira baseado em resultado, melhorias no processo de seleção, treinamento e valorização social e profissional dos colaboradores internos visando à redução dos turnos e redução dos custos de pessoal;
- Fortalecimento organizacional e da responsabilidade estratégica de tomada de decisão para alcançar metas e assegurar a aderência das ações aos planos;
- Formar as novas diretrizes de administração e dar suporte à área comercial através de uma análise SWOT (*Strenghts-forças, Weaknesses-fraquezas, Opportunities-oportunidades e Threats-ameaças*);
- Reorganização do organograma da empresa para novo modelo aprovado e consoante com o projeto de reorganização administrativa.
- Comercialização de fundos de comércio no intuito de capitalização da empresa e amortização do passivo da recuperação judicial.

2.2.3. Área Financeira

- Busca de novas linhas de créditos menos onerosas e mais adequadas;
- Renegociação de tarifas bancárias;
- Renegociação do passivo não sujeito aos efeitos da Recuperação Judicial de forma a equacionar a entrada de receitas e o pagamento dos acordos conforme seu fluxo de caixa;
- Implantação de relatórios gerenciais para análise de resultados econômicos e financeiros.



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

- Fornecer base sustentável a todas as decisões estratégicas;

2.2.4. Área Operacional

- Plano de redução dos custos fixos para melhoria da margem operacional, bem como redução de custos, mediante análise de processos, para melhoria da margem de contribuição;
- Planejamento de compras com base em indicadores de desempenho, otimizando o giro do estoque, buscando equacionamento entre as entradas de produtos necessárias com a receita gerada.
- Análise estratégica para abertura/fechamento de depósitos considerando a manutenção somente de depósitos rentáveis.
- Controle acentuado dos custos dos transportes.
- Novas contratações de fretes com pagamentos à vista mediante descontos favoráveis a Empresa.

3. ORGANIZAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO

3.1. Perspectivas Econômicas – Brasil e Setorial

A indústria brasileira do aço enfrenta sua maior crise desde 2009, quando foi atropelada pela debacle do banco Lehman Brothers, nos EUA, em setembro de 2008, que arrastou toda a economia mundial. Na época, teve de fechar seis altos-fornos, mas praticamente não foi obrigada a demitir. Agora, acaba de registrar recuo nas vendas interna, em maio, acima de 320% sobre o volume de



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

um ano atrás, e o consumo aparente do mercado no país, somando importação com despachos locais, teve retração de quase 23%.

Neste momento, o setor já computa 11,2 mil demissões de funcionários desde junho de 2014. Além disso, 1,4 mil trabalhadores – a maioria da fabricante de tubos Vallourec-Sumitomo, em Minas, entraram em regime de “layoff” (suspensão temporária de contratos de trabalho). A Usiminas desativou dois de seus altos-fornos no início do mês.

Outros 4 mil postos de trabalhos do setor é quase certo que serão cortados nos próximos meses se a situação de fraca demanda persistir. Essa é a projeção do Instituto Aço Brasil, que reúne as siderúrgicas locais, em levantamento inédito da situação operacional de cada uma das empresas no país. “No momento, temos 20 unidades de produção desativadas ou paralisadas, sendo dois alto-fornos, quatro aciarias e quatro laminadores”, afirmou Marco Polo de Melo Lopes, presidente-executivo da entidade.

Segundo ele, o problema pode se agravar ainda mais se não houver medidas para toda a cadeia produtiva da indústria de transformação do país. “Em 2009, o mundo inteiro, exceção de China e Índia, mergulhou numa crise enorme. Agora, o Brasil vive, devido a seus problemas, uma crise grande, enquanto outras economias, como EUA e União Europeia, vêm apresentando desempenho bem melhor”, avalia Lopes.

De janeiro a maio, as vendas das siderúrgicas locais só não são piores que a de igual período de 2009. Na época, desabou mais de 41% sobre o ano anterior, como mostram números compilados pelo instituto. O mesmo pode se dizer para o consumo aparente, que nas mesmas bases de comparação tiveram retração de 37,8%.

Com a crise de consumo nas indústrias automotiva – projeção de 20% neste ano -, de bens eletrodomésticos, na construção civil (forçada a reduzir lançamentos), e de máquinas e equipamentos, a siderurgia opera no acumulado de 12 meses, até o fim de maio, com utilização abaixo



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

de 70% da capacidade instalada de produção. As siderúrgicas estão aptas a fabricar 49 milhões de toneladas de aço bruto por ano. Fizeram 34 milhões.

As principais produtoras são Usiminas, CSN, Gerdau (que paralisou usinas no ano passado), ArcelorMittal, Votorantim, V & M (tubo), Aperam e ThyssenKrupp CSA.

Com as demissões de pessoal que deverão se efetivar nos próximos meses, o índice de corte da força de trabalho no setor deve atingir 12,5%, comparado aos 122 mil empregados pela indústria no início do ano passado.

O setor enfrenta uma grave situação conjuntural, diante da retração da economia do país, com PIB negativo e impacto sobre setores que consomem mais de 80% de aço no país. De outro lado, problemas de ordem estrutural, como câmbio desalinhado em relação aos concorrentes diretos (China, Rússia, Turquia e outros países), energia mais cara do mundo, carga tributária pesada e juros elevados.

“A indústria de transformação no Brasil definha a cada dia, há vários anos, e, nos últimos meses o governo mostra-se mais preocupado com o ajuste fiscal, sem olhar o problema da indústria”, afirma. De 25% de peso no PIB do país, já está na faixa de 9% a 10%.

Segundo afirma, não ha competitividade para exportar e muito menos para barrar importações, que crescem mês a mês, principalmente da China, tanto diretas como indiretamente (bens como autopeças, que levam aço).

Resultado disso, aponta, é que o setor adiou investimentos de US\$ 2,1 bilhões. Pelos cálculos do Aço Brasil, com isso deixaram de ser criados 7,2 mil empregos diretos. Vários projetos foram congelados, caso da ArcelorMittal, em João Monlevade (MG) – unidade de alto-forno e aciaria – e em São Francisco do Sul (SC), uma nova linha de aço galvanizado para setor automotivo. No total, existem 21 equipamentos encaixotados, entre eles fornos laminadores.

O Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda), dedicado ao mercado de aços planos, decidiu revisar sua projeção de vendas para este ano após análise da crise da siderurgia.

2 10/30



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

Passou de retração de 5% para 12%. Se as projeções para junho se confirmarem, a rede prevê recuo de vendas de 18,7% neste semestre, disse Carlos Loureiro, presidente do Inda.

Lopes informou que a Aço Brasil e quatro outras entidades da cadeia de transformação – Abimaq, Sindipeças, Abitam e Sicetel – pediram uma audiência urgente ao Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, para expôr a situação do setor. “É a maior crise da siderurgia brasileira em sua história”, arremata.

Diante do exposto acima, a recuperanda trabalha com foco na redução de custos, em busca do seu ponto de equilíbrio e superação da crise Brasileira, tendo como ponto forte o trabalho com produtos essenciais ao mercado.

3.1.1. Projeção das Receitas

As projeções financeiras foram desenvolvidas assumindo-se o crescimento contínuo do mercado como um todo, levando em consideração que a Empresa Recuperanda possui flexibilidade para prestação de serviços em Todo território Nacional. Os efeitos das medidas de melhoria, incluídos no resultado operacional e financeiro, foram calculados com base em estimativas realistas. Para elaborar o Plano de Recuperação e estimar os resultados operacionais para o período de recuperação, foram utilizadas diversas informações. Baseado na análise destas informações identificou-se diversas medidas para melhorar o desempenho operacional. A identificação e quantificação destas medidas foram realizadas visando à viabilidade futura do Grupo Econômico.

Para a projeção do volume de receita bruta nos 120 meses contemplados no plano, foram consideradas as seguintes premissas:

A base para a projeção da receita foi à média real realizada no 1º Semestre de 2015 e o planejamento comercial da empresa que vem sendo executado desde o pedido de recuperação judicial;



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

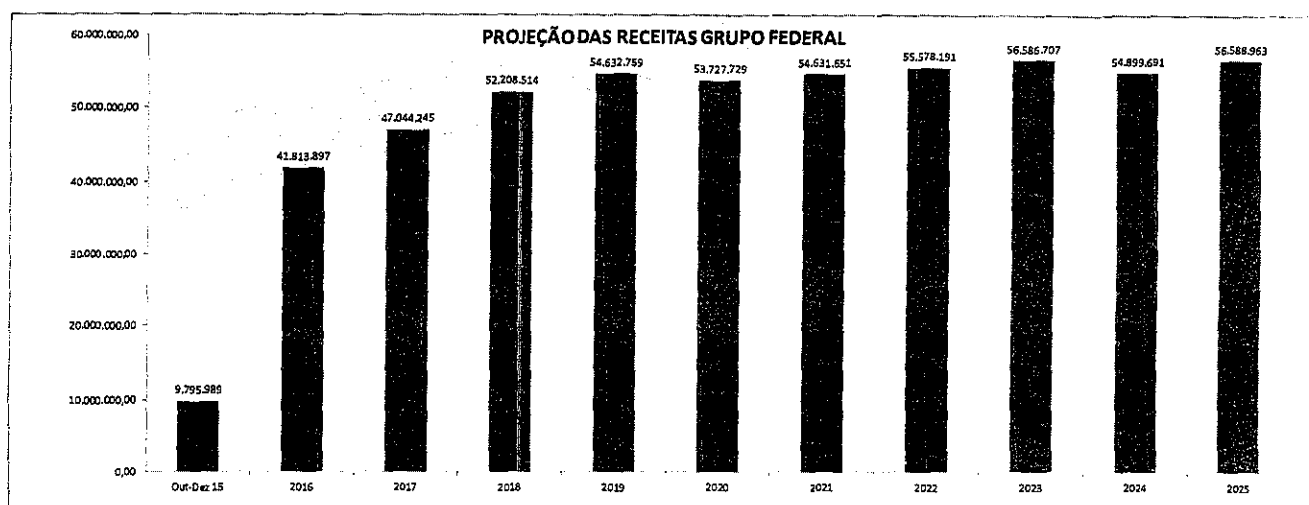
4062
1030

O volume projetado está totalmente de acordo com a capacidade operacional da empresa, demandando apenas possíveis contratações de mão-de-obra e terceirização da prestação de serviços de transporte que estarão previstas no custo do produto nas projeções de resultado econômico-financeiro;

O preço da prestação de serviços projetado não contém o efeito inflacionário. Por ser uma projeção de longo prazo, torna-se inviável tentar estimar este indicador de modo adequado, sendo assim, consideram-se os preços projetados a valor presente, pressupondo que os efeitos inflacionários sobre os custos e despesas serão repassados aos preços da prestação de serviços para garantir as margens projetadas.

3.1.2. Projeção de faturamento

PROJEÇÃO RECEITAS	Out-Dez 15	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
FEDERAL IND. COM. METÁLICOS LTDA	7.805.666	33.746.903	38.822.424	43.667.273	45.852.204	44.712.240	45.139.810	45.788.873	46.380.297	44.684.421	46.042.198
RÁPIDO FEDERAL LTDA	1.990.323	8.066.994	8.221.821	8.541.242	8.780.555	9.015.489	9.491.840	9.789.318	10.206.410	10.215.270	10.546.765
SERVIÇOS PRESTADOS	9.795.989	41.813.897	47.044.245	52.208.514	54.632.759	53.727.729	54.631.651	55.578.191	56.586.707	54.899.691	56.588.963



Para o primeiro ano da recuperação judicial foi projetado um volume de R\$ **41.813.897,00** (quarenta e um milhões, oitocentos e treze mil, oitocentos e noventa e sete reais) de faturamento o que corresponde a R\$ **3.484.491,00** (três milhões, quatrocentos e

[Handwritten signatures]



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

oitenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e hum reais) de média mensal na venda de sucatas e prestação de serviço de transporte no primeiro ano da recuperação. O crescimento real projetado em termos monetários é na média de 5% a.a. a partir do segundo ano, o que resultará em um faturamento projetado de R\$ 56.588.963,00 (Cinquenta e seis milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, novecentos e sessenta e três reais) no último ano da projeção do Plano de Recuperação. Conforme informado nas premissas, o volume projetado está totalmente de acordo com a capacidade operacional das empresas, demandando apenas possíveis contratações de mão-de-obra que estarão previstas no custo do produto nas projeções de resultado econômico-financeiro.

3.1.3. Projeção de Resultados - Consolidado

As seguintes premissas foram adotadas na projeção de resultado econômico-financeiro:

Foi utilizado o Sistema Tributário Normal com apuração de **Lucro Real** para a empresa Federal Industrialização e comércio de Resíduos Metálicos LTDA e **Lucro Presumido** para a empresa Rápido Federal LTDA sendo consideradas assim, as respectivas alíquotas de cada imposto incidente para as projeções de resultados. Esse Sistema Tributário é o adotado pelo Grupo Econômico no momento da elaboração deste Plano de Recuperação;

Os Custos dos Serviços Prestados foram projetados com base nos atuais custos desembolsados pelo Grupo. Este grupo de custos varia diretamente proporcional ao faturamento projetado;

As Despesas Fixas projetadas terão um pequeno aumento no decorrer dos períodos, pois mesmo sendo fixas por característica, na realidade, o aumento no volume de prestação de Serviços demandará alguns aumentos para comportar o novo nível de atividade, porém, tais custos já consideram as reduções ocorridas a partir das medidas adotadas e previstas no Plano de Recuperação;



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

A sobra de caixa projetada em cada ano da projeção será destinada para a recomposição do Capital de Giro da empresa e para o pagamento dos débitos não sujeitos aos efeitos da recuperação judicial, reduzindo assim além das despesas financeiras o passivo total da empresa;

A projeção não contempla efeitos inflacionários, pelos mesmos motivos explanados na projeção da receita. A premissa adotada é de que todo efeito inflacionário será repassado ao preço do Serviço projetado quando ocorrer, mantendo a rentabilidade projetada, bem como, a geração de caixa e a capacidade de pagamento resultante;

Todas as projeções foram feitas em um cenário realista.

[Handwritten signature]



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

3.1.4. Fluxo de Caixa

GRUPO FEDERAL	AC 2015	AC 2016	AC 2017	AC 2018	AC 2019	AC 2020
RECEITAS	7.379.847,52	31.565.652,68	36.642.465,67	41.232.959,43	43.303.182,11	41.887.724,1
RECEITAS OPERACIONAIS	7.028.592,57	30.215.786,58	34.895.456,57	39.267.932,16	41.239.832,92	39.875.673,3
VENDAS	7.806.665,59	33.746.652,68	38.822.424,38	43.667.272,67	45.852.204,26	44.712.239,9
RECEITAS DE VENDAS DE MERCADORIAS	7.706.069,88	33.348.519,84	38.424.041,54	43.268.889,83	45.453.821,42	44.313.857,1
RECEITAS DE VENDAS DE SERVICOS	99.595,71	398.132,84	398.382,84	398.382,84	398.382,84	398.382,8
(-) DEDUCOES DE VENDAS	-777.073,02	-3.530.866,11	-3.926.967,81	-4.399.340,51	-4.612.371,34	-4.836.566,6
(-) VENDAS DEVOLVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
(-) IMPOSTOS FATURADOS	777.073,02	-3.530.866,11	-3.926.967,81	-4.399.340,51	-4.612.371,34	-4.836.566,6
RESULTADO NAO OPERACIONAL	351.254,95	1.349.866,11	1.747.009,10	1.965.027,27	2.063.349,19	2.012.050,8
RECEITAS NAO OPERACIONAIS	351.254,95	1.349.866,11	1.747.009,10	1.965.027,27	2.063.349,19	2.012.050,8
GANHO / PERDA VENDA DE ATIVO IMOBILIZADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
RECEITAS FINANCEIRAS	351.254,95	1.349.866,11	1.747.009,10	1.965.027,27	2.063.349,19	2.012.050,8
OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
CUSTO E DESPESAS	-7.636.414,82	-28.660.332,07	-33.028.748,55	-37.165.054,28	-38.444.633,86	-37.694.939,9
CUSTO OPERACIONAL	-3.916.154,71	-15.525.234,70	-18.747.278,90	-21.507.381,15	-23.417.612,58	-22.510.663,5
CUSTO MAT. PRIMA UTILIZADA	-488.573,00	-1.951.875,53	-2.055.928,21	-2.111.166,05	-2.147.134,88	-2.209.525,8
CUSTO INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
CUSTO DE FABRICACAO	-459.644,39	-1.836.161,10	-1.940.213,78	-1.995.451,62	-2.031.420,45	-2.093.811,4
CUSTO DE SERVICOS	-28.928,61	-115.714,43	-115.714,43	-115.714,43	-115.714,43	-115.714,4
RESULTADO CUSTO DAS VENDAS MATRIZ	-2.561.038,88	-10.734.817,87	-13.514.085,93	-15.637.250,34	-17.336.718,43	-16.458.575,5
RESULTADO DE VENDAS - FILIAL BSB	-218.558,64	-23.558,57	-15.345,80	-15.345,80	-15.345,80	-15.345,8
RESULTADO VENDAS FL ROND MT	-2.923,16	-11.692,63	-11.692,63	-11.692,63	-11.692,63	-11.692,6
COMPRA DE CONSUMO	-585.424,92	-2.564.745,60	-2.911.681,83	-3.493.381,81	-3.668.176,34	-3.576.979,2
RESULTADO VENDAS FL VZG MT	-59.636,12	-238.544,50	-238.544,50	-238.544,50	-238.544,50	-238.544,5
DESPESAS OPERACIONAL	-3.720.260,10	-13.135.097,37	-14.281.469,65	-15.657.673,13	-15.027.021,28	-15.184.276,1
DESPESAS ADMINISTRATIVA	-3.636.764,52	-12.798.439,30	-13.942.135,86	-15.315.663,63	-14.682.336,06	-14.826.915,5
DESPESAS C/ PESSOAL	-799.881,24	-3.025.238,34	-3.161.067,38	-3.230.033,58	-3.314.060,94	-3.382.158,3
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-2.836.883,28	-9.773.200,97	-10.781.068,49	-12.085.830,05	-11.368.275,12	-11.444.757,2
DESPESAS TRIBUTARIAS	-36.123,37	-147.169,20	-149.844,92	-152.520,64	-155.196,35	-157.872,0
DESPESAS FINANCEIRAS	-47.372,22	-189.488,87	-189.488,87	-189.488,87	-189.488,87	-189.488,8
(-) SALDO 1 - OPERACIONAL FEDERAL	-256.567,30	2.905.320,81	3.613.717,12	4.067.905,15	4.858.548,24	4.192.784,1
(-) SALDO 1 - OPERACIONAL RÁPIDO	-162.389,40	-264.678,50	-317.284,53	103.702,04	166.839,01	123.681,9
	-418.956,70	2.640.642,11	3.296.432,59	4.171.607,19	5.025.387,25	4.316.466,0
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO						
(+) AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO	0,00		0,00	0,00	0,00	0,0
(-) LIQUIDAÇÃO DE ATIVO	0,00		0,00	0,00	0,00	0,0
(-) SALDO 2 - INVESTIMENTO	0,00		0,00	0,00	0,00	0,0
ATIVIDADES FINANCEIRAS						
OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO DE CAIXA						
Juros passivos RJ - Classe II		-1.897.450,24	-1.897.450,24	-1.692.815,86	-1.468.354,08	-1.243.892,3
CLASSE I - Créditos Trabalhistas		-360.941,04				
CLASSE II - Créditos com Garantia Real				-1.870.514,83	-1.870.514,83	-1.870.514,8
CLASSE III - Créditos Quirografários				-193.667,26	-193.667,26	-193.667,2
CLASSE IV - Créditos Micro empresa e EPP			-10.779,92	-10.779,92	-10.799,92	
(=) SALDO 3 - INVESTIMENTO	0,00	-2.258.391,28	-1.908.230,16	-3.767.777,87	-3.543.336,09	-3.308.074,3
(-) SALDO TOTAL DO PERÍODO	-418.956,70	382.250,82	1.388.202,42	403.829,32	1.482.051,16	1.008.391,6
(+) SALDO INICIAL DO CAIXA		-418.956,70	-36.705,88	1.351.496,54	1.755.325,86	3.237.377,0
(-) SALDO FINAL DO CAIXA	-418.956,70	-36.705,88	1.351.496,54	1.755.325,86	3.237.377,02	4.245.768,7



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

1066
1036

GRUPO FEDERAL	AC 2021	AC 2022	AC 2023	AC 2024	AC 2025
RECEITAS	42.628.188,93	43.243.175,65	43.803.550,23	42.208.522,73	43.483.201,47
RECEITAS OPERACIONAIS	40.596.897,46	41.182.676,37	41.716.436,85	40.197.723,78	41.411.302,55
VENDAS	45.139.810,41	45.788.872,91	46.380.297,27	44.684.421,15	46.042.198,31
RECEITAS DE VENDAS DE MERCADORIAS	44.741.427,57	45.390.490,07	45.981.914,42	44.319.236,88	45.643.815,47
RECEITAS DE VENDAS DE SERVICOS	398.382,84	398.382,84	398.382,84	365.184,27	398.382,84
(-) DEDUCOES DE VENDAS	-4.542.912,94	-4.606.196,54	-4.663.860,41	-4.486.697,37	-4.630.895,76
(-) VENDAS DEVOLVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) IMPOSTOS FATURADOS	-4.542.912,94	-4.606.196,54	-4.663.860,41	-4.486.697,37	-4.630.895,76
RESULTADO NAO OPERACIONAL	2.031.291,47	2.060.499,28	2.087.113,38	2.010.798,95	2.071.898,92
RECEITAS NAO OPERACIONAIS	2.031.291,47	2.060.499,28	2.087.113,38	2.010.798,95	2.071.898,92
GANHO / PERDA VENDA DE ATIVO IMOBILIZADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FINANCEIRAS	2.031.291,47	2.060.499,28	2.087.113,38	2.010.798,95	2.071.898,92
OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CUSTO E DESPESAS	-38.588.028,11	-39.311.667,28	-40.791.825,19	-39.183.495,29	-41.517.239,88
CUSTO OPERACIONAL	-23.214.586,65	-23.766.058,84	-25.297.584,29	-24.535.437,68	-25.741.993,89
CUSTO MAT. PRIMA UTILIZADA	-2.270.456,57	-2.332.117,42	-2.393.778,26	-2.258.098,59	-2.542.791,97
CUSTO INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CUSTO DE FABRICACAO	-2.154.742,14	-2.216.402,99	-2.278.063,83	-2.152.027,03	-2.427.077,55
CUSTO DE SERVICOS	-115.714,43	-115.714,43	-115.714,43	-106.071,56	-115.714,43
RESULTADO CUSTO DAS VENDAS MATRIZ	-17.067.362,31	-17.505.248,65	-18.927.799,31	-18.459.134,38	-19.250.243,11
RESULTADO DE VENDAS - FILIAL BSB	-15.345,80	-15.345,80	-15.345,80	-14.066,99	-15.345,80
RESULTADO VENDAS FL ROND MT	-11.692,63	-11.692,63	-11.692,63	-10.718,25	-11.692,63
COMPRA DE CONSUMO	-3.611.184,83	-3.663.109,83	-3.710.423,78	-3.574.753,69	-3.683.375,86
RESULTADO VENDAS FL VZG MT	-238.544,50	-238.544,50	-238.544,50	-218.665,79	-238.544,50
DESPESAS OPERACIONAL	-15.373.441,46	-15.545.608,44	-15.494.240,90	-14.648.057,61	-15.775.245,91
DESPESAS ADMINISTRATIVA	-15.023.404,80	-15.195.571,79	-15.144.204,25	-14.327.190,68	-15.425.209,26
DESPESAS C/ PESSOAL	-3.484.455,18	-3.569.652,30	-3.654.849,43	-3.438.434,00	-3.860.742,47
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-11.538.949,62	-11.625.919,48	-11.489.354,82	-10.888.756,68	-11.564.466,79
DESPESAS TRIBUTARIAS	-160.547,79	-160.547,79	-160.547,79	-147.168,80	-160.547,79
DESPESAS FINANCEIRAS	-189.488,87	-189.488,87	-189.488,87	-173.698,13	-189.488,87
(=) SALDO 1 - OPERACIONAL FEDERAL	4.040.160,82	3.931.508,37	3.011.725,04	3.025.027,44	1.965.961,67
(=) SALDO 1 - OPERACIONAL RÁPIDO	549.491,35	624.733,36	1.134.055,15	2.134.148,43	1.129.435,54
	4.589.652,17	4.556.241,73	4.145.780,19	5.159.175,86	3.095.397,21
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO					
(+) AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) LIQUIDAÇÃO DE ATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(=) SALDO 2 - INVESTIMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ATIVIDADES FINANCEIRAS					
OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO DE CAIXA					
Juros passivos RJ - Classe II	-1.019.430,52	-794.968,74	-570.506,97	-346.045,19	-121.593,40
CLASSE I - Créditos Trabalhistas					
CLASSE II - Créditos com Garantia Real	-1.870.514,83	-1.870.514,83	-1.870.514,83	-1.870.514,83	-1.870.514,83
CLASSE III - Créditos Quirografários	-193.667,26	-193.667,26	-193.667,26	-193.667,26	-193.667,26
CLASSE IV - Créditos Micro empresa e EPP					
(=) SALDO 3 - INVESTIMENTO	-3.083.612,61	-2.859.150,83	-2.634.689,06	-2.410.227,28	-2.185.765,48
(=) SALDO TOTAL DO PERÍODO	1.506.039,56	1.697.090,90	1.511.091,13	2.748.948,58	909.631,72
(+) SALDO INICIAL DO CAIXA	4.245.768,72	5.751.808,28	7.448.699,18	8.959.990,31	11.708.938,90
(=) SALDO FINAL DO CAIXA	5.751.808,28	7.448.699,18	8.959.990,31	11.708.938,90	12.618.570,62

[Handwritten signatures and initials]



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

RÁPIDO FEDERAL LTDA	AC 2015	AC 2016	AC 2017	AC 2018	AC 2019	AC 2020
RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO	-162.389,40	-264.678,50	-317.284,53	103.702,04	166.839,01	123.681
RESULTADO ANTES DA CSLL E IRPJ	-162.389,40	-264.678,50	-317.284,53	103.702,04	166.839,01	123.681
RESULTADO OPERACIONAL	-162.389,40	-264.678,50	-317.284,53	103.702,04	166.839,01	123.681
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	1.711.390,87	6.936.539,84	7.069.799,69	7.344.724,95	7.550.701,93	7.752.910
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.990.323,35	8.066.993,83	8.221.821,12	8.541.241,66	8.780.554,99	9.016.485
RECEITA DE SERV. DE TRANSP DE CARG E ENC	1.962.956,69	8.001.311,44	8.161.612,26	8.479.938,09	8.719.251,42	8.968.564
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	27.367,66	65.682,39	60.208,86	61.303,56	61.303,56	66.924
DEDUCOES DA RECEITA BRUTA	-278.932,48	-1.130.453,99	-1.152.021,43	-1.196.516,71	-1.229.853,06	-1.262.575
IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE OS SERVICOS	-278.932,48	-1.130.453,99	-1.152.021,43	-1.196.516,71	-1.229.853,06	-1.262.575
CUSTO DOS SERV. DO TRANSPORTE DE CARGAS	-674.857,23	-2.377.140,65	-2.575.762,18	-2.500.611,89	-2.446.310,20	-2.657.161
CUSTO DE OPERACAO	-674.857,23	-2.377.140,65	-2.575.762,18	-2.500.611,89	-2.446.310,20	-2.657.161
DESPESAS OPERACIONAL	-1.186.748,53	-4.775.379,60	-4.767.665,19	-4.694.233,55	-4.893.895,87	-4.933.451
DESPESAS DE ADMINISTRACAO	-1.186.748,53	-4.775.379,60	-4.767.665,19	-4.694.233,55	-4.893.895,87	-4.933.451
REMUNERACAO DE DIRIGENTES	-4.728,00	-18.912,00	-18.912,00	-18.912,00	-18.912,00	-18.912
DESPESAS COM PESSOAL DA ADMINISTRACAO	-1.056.884,73	-4.255.557,01	-4.250.965,55	-4.176.799,10	-4.376.277,71	-4.415.466
DESPESAS OPERACIONAL / ADMINISTRATIVAS	-116.089,10	-464.356,42	-464.356,42	-464.356,42	-464.356,42	-464.356
DESPESAS DE EXPEDIENTE	-3.952,48	-15.809,90	-15.809,90	-15.809,90	-15.809,90	-15.809
DESPESAS TRIBUTARIAS	-5.094,22	-20.744,27	-17.621,32	-18.356,13	-18.538,83	-18.907
DEPRECIACAO / AMORTIZACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDOS	-12.174,52	-48.698,09	-43.656,86	-46.177,47	-43.656,86	-38.615
DESPESAS FINANCEIRAS	-12.174,52	-48.698,09	-43.656,86	-46.177,47	-43.656,86	-38.615

[Handwritten signatures and initials]



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

4068 5088

RÁPIDO FEDERAL LTDA	AC 2021	AC 2022	AC 2023	AC 2024	AC 2025
RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO	549.491,35	624.733,36	1.134.055,15	1.071.444,21	1.129.435
RESULTADO ANTES DA CSLL E IRPJ	549.491,35	624.733,36	1.134.055,15	1.071.444,21	1.129.435
RESULTADO OPERACIONAL	549.491,35	624.733,36	1.134.055,15	1.071.444,21	1.129.435
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	8.162.905,22	8.418.944,53	8.777.935,15	8.785.561,12	9.070.878
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	9.491.840,32	9.789.318,32	10.206.409,78	10.215.269,98	10.546.764
RECEITA DE SERV. DE TRANSP DE CARG E ENC	9.434.915,59	9.733.488,29	10.150.579,75	10.159.439,95	10.480.934
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	56.924,74	55.830,03	55.830,03	55.830,03	55.830
DEDUCOES DA RECEITA BRUTA	-1.328.935,10	-1.370.373,79	-1.428.474,63	-1.429.708,85	-1.475.886
IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE OS SERVICOS	-1.328.935,10	-1.370.373,79	-1.428.474,63	-1.429.708,85	-1.475.886
CUSTO DOS SERV. DO TRANSPORTE DE CARGAS	-2.633.695,70	-2.773.235,80	-2.835.799,52	-2.837.128,55	-2.992.320
CUSTO DE OPERACAO	-2.633.695,70	-2.773.235,80	-2.835.799,52	-2.837.128,55	-2.992.320
DESPESAS OPERACIONAL	-4.938.581,94	-4.978.578,83	-4.761.903,00	-4.835.852,12	-4.913.027
DESPESAS DE ADMINISTRACAO	-4.938.581,94	-4.978.578,83	-4.761.903,00	-4.835.852,12	-4.913.027
REMUNERACAO DE DIRIGENTES	-18.912,00	-18.912,00	-18.912,00	-18.912,00	-18.912
DESPESAS COM PESSOAL DA ADMINISTRACAO	-4.420.228,97	-4.460.042,16	-4.243.182,63	-4.316.948,05	-4.393.939
DESPESAS OPERACIONAL / ADMINISTRATIVAS	-464.356,42	-464.356,42	-464.356,42	-464.356,42	-464.366
DESPESAS DE EXPEDIENTE	-15.809,90	-15.809,90	-15.809,90	-15.809,90	-15.809
DESPESAS TRIBUTARIAS	-19.274,65	-19.458,35	-19.642,05	-19.825,76	-20.009
DEPRECIACAO / AMORTIZACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDOS	-41.136,24	-42.396,55	-46.177,47	-41.136,24	-36.095
DESPESAS FINANCEIRAS	-41.136,24	-42.396,55	-46.177,47	-41.136,24	-36.095

[Handwritten signatures and initials]



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

3.1.5. Análise

Com base nos resultados projetados é possível destacar:

Como o custo dos serviços prestados e as despesas com pessoal são totalmente variáveis em proporção às receitas geradas, mesmo com o incremento no volume de serviços prestados, o lucro bruto projetado se manterá estável durante todos os períodos, perfazendo uma média de 10,17% perante a receita bruta projetada; Mesmo com algumas elevações nos gastos fixos, em virtude do aumento do nível de atividade, o efeito da alavancagem operacional é favorável, a ponto de reduzir os custos fixos em termos percentuais, dessa forma, a margem de lucro líquido inicial 2% da receita bruta projetada no primeiro ano, chegando a 12% da receita bruta projetada no ano 2025;

Considerando o desembolso com o pagamento dos Credores, o passivo não sujeito a recuperação e a recomposição de capital de giro próprio da Empresa, o saldo de caixa final médio é de 5% perante a receita bruta no período projetado, mostrando que praticamente a totalidade do lucro será destinada ao pagamento dos Credores;

Conforme a projeção, o lucro líquido apurado ao final de cada ano é suficiente para o pagamento da proposta aos Credores e ao cumprimento do pagamento dos créditos não sujeitos aos efeitos da recuperação judicial. Desta forma, fica demonstrada a viabilidade da superação da situação de crise econômico-financeira do Grupo Federal, permitindo que seja mantida a fonte produtora do emprego dos trabalhadores e os interesses dos Credores, promovendo assim a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

[Handwritten signatures and initials]



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

4. PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDORES DA RJ - CONSOLIDADO

Para identificação e quantificação das medidas a serem realizadas visando à viabilidade futura das empresas que compõem o Grupo econômico, as projeções foram realizadas consolidando as operações das empresas Federal Industrialização e Comércio de Resíduos Metálicos LTDA, Rápido Federal LTDA.

Desta forma, tanto as projeções de desempenho econômico-financeiro, quanto às propostas destinadas ao pagamento dos credores foram unificadas garantindo mais transparência e segurança ao processo de Recuperação Judicial das empresas do Grupo Federal, mantendo assim o objetivo de viabilizar a superação da situação de crise econômica - financeira das empresas, a fim de permitir a manutenção das fontes produtoras, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação destas empresas, suas funções sociais e o estímulo à atividade econômica.

4.1. Das Classes

O plano ora proposto contempla todos os credores sujeitos à recuperação judicial, considerando, na forma da LRF, todas as obrigações havidas pela recuperanda ao tempo do pedido.

A Composição das classes pensadas para o presente Plano obedecerá ao Art. 41 da LRF. A saber:

“Art. 41. A assembleia será composta pelas seguintes classes de credores:

I - titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho;

II - Titulares de créditos com garantia real;



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

10/11 10/11

III - titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados.

IV - titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte. (incluído pela lei Complementar nº 147, de 2014)”

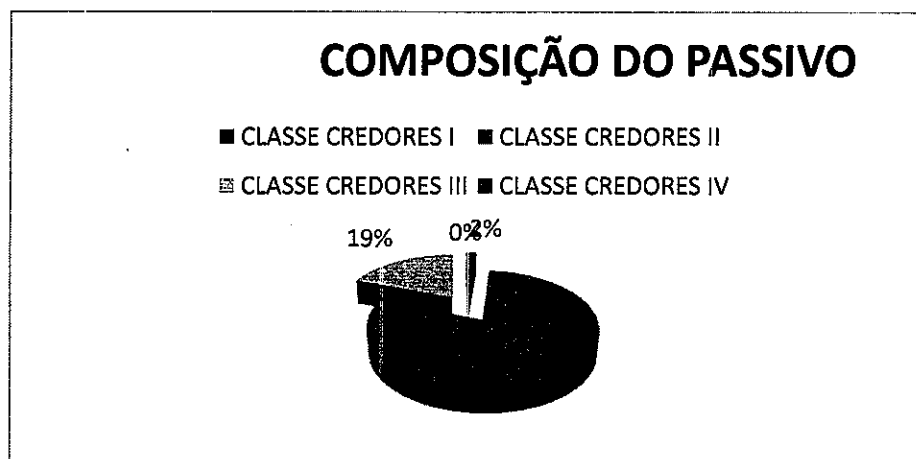
Faz-se necessária a utilização das quatro categorias de créditos, em função da natureza jurídica e das particularidades das dívidas sujeitas à recuperação.

Assim, conforme determina o art. 45 c/c. 41, ambos da LRF, os créditos divididos nas classes a seguir relacionadas serão aqueles que, atendidos os quóruns especificados, deverão instalar a AGC e deliberar sobre o Plano.

4.2. Da Classificação Dos Créditos E Suas Respectivas Classes

Conforme mencionado no tópico anterior, a estratégia traçada pela recuperanda, com fulcro no art. 41 da LRF, contempla 04 (quatro) classes de credores.

A divisão das classes foi pensada de acordo com o formato do passivo sujeito a recuperação judicial, conforme visualizado no gráfico abaixo:



[Handwritten signatures]



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

4072 J. de

Contextualizado o passivo, como identifica a homogeneidade das dívidas em grupos específicos, dividem-se as classes da seguinte forma:

a) Classe I - Créditos Derivados da Legislação do Trabalho (R\$ 360.941,04)
b) Classe II - Créditos com Garantia Real (R\$ 21.377.312,35)
c) Classe III - Créditos quirografários, com privilégios Especiais, com Privilégios Geral ou Subordinados (R\$ 5.164.460,35)
d) Classe IV - Créditos Enquadrados como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (R\$ 53.899,49)

COMPOSIÇÃO POR TIPO DE CREDOR

CLASSE CREDORES I	R\$	360.941,04
CLASSE CREDORES II	R\$	21.377.312,35
CLASSE CREDORES III		5.164.460,35
CLASSE CREDORES IV		53.899,49
TOTAL DO QUADRO DE CREDORES	R\$	26.956.613,23

Valores em Reais (R\$)

PLANO ELABORADO COM BASE NA PRIMEIRA LISTA PUBLICADA



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

4.2.1. Classe I - Créditos Derivados da Legislação do Trabalho

Nesta classe reúnem-se todos os credores titulares de créditos que se enquadram na definição legal do art. 41, I, da LRF, não havendo distinção ou subdivisão entre eles. O pagamento das dívidas que compõem esta categoria será oportunamente especificado, principalmente quanto às condições.

4.2.2. Classe II - Créditos com Garantia Real

Nesta classe reúnem-se todos os credores detentores de créditos com garantia real e que se enquadram na definição legal do art. 41, II, da LRF, não havendo distinção ou subdivisão entre eles. Registra-se que, de acordo com o art. 41, § 2º, c/c art. 83, II, ambos da LRF, essa classificação é composta por créditos limitados até o valor do bem. O pagamento das dívidas que compõem esta categoria será oportunamente especificado, principalmente quanto às condições.

4.2.3. Classe III - Créditos Quirografários, com Privilégio Especial, com Privilégio Geral ou Subordinados

Nesta classe reúnem-se todos os credores detentores de créditos sem qualquer garantia e que se enquadram na definição legal do art. 41, III, da LRF, excetuada as hipóteses legais previstas nos arts. 964 e 965, ambos definidos pelo código Civil. O pagamento das dívidas que compõem esta categoria será oportunamente especificado, principalmente quanto às condições.

[Handwritten signatures]



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

4.2.4. Classe IV - Créditos enquadrados como Microempresas ou Empresa de Pequeno Porte

Nesta classe reúnem-se todos os credores detentores de créditos enquadrados com ME ou EPP, nos termos da definição legal do art. 41, IV, da LRF. O pagamento das dívidas que compõem esta categoria será oportunamente especificado, principalmente quanto às condições.

4.3. PAGAMENTO COM CAIXA PROJETADO.

4.3.1. Classe I - Créditos Derivados Da Legislação Do Trabalho.

Classe I - Créditos Derivados da Legislação do Trabalho		
Pagamento	Valor Integral do Crédito	créditos de natureza salarial, inclusive multa e obrigações acessórias não tributadas ou parafiscais ou decorrentes de acidente do trabalho
Prazo	Até 12 (doze) meses	o prazo passa a fluir a partir da data do trânsito em julgado da decisão de concessão da recuperação judicial (homologação do plano), conforme art. 58 da LRF. Os pagamentos poderão ser realizados em uma única parcela ou em várias, de acordo com a capacidade de geração de caixa da devedora, porém, respeitado o pagamento dentro do prazo de 12 (doze) meses.
Correção Monetária	sem incidência de juros e correção monetária	

Créditos não superiores a 05 (cinco) salários mínimos (art. 54, § único LRF): o plano não poderá prever prazo superior a 30 (trinta) dias para o pagamento, até o limite de 05



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

(cinco) salários - mínimos por trabalhador, dos créditos de natureza estritamente salarial vencido nos 03 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial.

- I. Prazo para pagamento: em até 30 (trinta) dias contados a partir do trânsito em julgado da decisão que concedeu a recuperação judicial, homologando o plano, na forma do art. 58 da LRF.

*Obs. Está previsão não se aplica aos Credores Trabalhistas que não constarem da 2ª lista de credores (art. 7º, § 2º da lei nº 11.101/2005)

4.3.2. Classe II - Créditos Com Garantia Real

Classe II - Créditos com Garantia Real		
Pagamento	Deságio de 30% sobre o valor original do crédito	
Prazo	Pagamento de Juros no período de 24 (vinte e quatro) meses de carência e pagamento do principal + juros em 96 meses após a carência com parcelas mensais	O prazo de carência inicia-se com a homologação deste plano
Correção Monetária	juros de 1%	Sem correção Monetária

I. **A RECUPERANDA DECLARA QUE TODOS OS BENS SÃO ESSENCIAIS PARA O NORMAL FUNCIONAMENTO DO GRUPO FEDERAL.**



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

4.3.3. Classe III - Créditos Quirografários, Com Privilégio Especial, Com Privilégio Geral Ou Subordinados.

Classe III - Créditos Quirografários, com privilégio especial, com privilégio Geral ou Subordinados		
Pagamento	Deságio de 70% sobre o valor original do crédito	
Prazo	08 (oito) anos de pagamento, através de parcelas mensais	Com o vencimento da primeira parcela após um período de 24 (vinte e quatro) meses de carência contados da homologação deste plano
Correção Monetária	sem incidência de juros e correção monetária	

4.3.4. Classe IV - Créditos Enquadrados Como Microempresa Ou Empresa De Pequeno Porte.

Classe IV - Créditos enquadrados como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte		
Pagamento	Deságio de 40% sobre o valor original do crédito	
Prazo	03 (três) anos de pagamento, através de parcelas mensais	Com o vencimento da primeira parcela após um período de 12 (doze) meses de carência contados da homologação deste plano
Correção Monetária	sem incidência de juros e correção monetária	



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

Os credores deverão apresentar, por qualquer meio, diretamente às recuperandas as contas correntes onde desejam receber seus créditos.

Na ausência de comunicação, os valores serão depositados em juízo.

4.3.5. Início da Contagem do Prazo de Carência para Pagamento dos Credores

O prazo de 24 (Vinte e quatro) meses de carência para pagamento dos Credores Classe II e Classe III, e 12 (doze) meses de carência para pagamento dos Créditos Classe IV, iniciar-se-á com a publicação no Diário Eletrônico da Justiça da decisão judicial que Homologar o Plano de Recuperação aprovado em Assembléia Geral de Credores e/ou da decisão judicial que conceder a recuperação ao grupo econômico.

4.3.6. Reajuste Monetários dos Créditos

Somente os créditos com garantia real (**classe II**) sujeitos ao processo de recuperação judicial nº201503159730 (315973-15.2015.8.09.0051), terão seus valores corrigidos com **Juros mensais de 1%**, com pagamento de juros no período da carência de 24 (vinte e quatro) meses, conforme art. 49, § 2º "parte final" da LRF.

4.4. Forma de Pagamento dos Créditos

Todos os pagamentos projetados estão condicionados à efetiva geração de caixa da Empresa, observado os percentuais abaixo:

10/17 10/18



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

- 90% da geração de caixa (receita líquida) serão destinados ao pagamento dos créditos sujeitos à recuperação;
- 5% da geração de caixa (receita líquida) serão destinados à realização de leilão(ões) reverso(s);
- 5% da geração de caixa (receita líquida) serão destinados aos indispensáveis reinvestimentos e recomposição de capital de giro da Empresa Recuperanda e pagamentos de créditos não contemplados na recuperação.

* Os pagamentos serão realizados proporcionalmente ao valor do crédito de cada Credor levando em consideração os deságios concedidos.

O remanescente da geração de caixa não utilizado para pagamento dos Credores será depositado no fundo de reserva destinado a custear eventuais despesas extraordinárias e/ou investimentos da Empresa, podendo, ainda, ser incorporado no caixa do período seguinte ou utilizado na realização de leilões reversos.

Handwritten signatures and initials.



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

Segue abaixo forma de pagamento e demais demonstrativos:

SALDO DEVEDOR ORIGINAL

CLASSIFICAÇÃO DE CREDORES	VALOR DOS CRÉDITOS
CLASSE I	R\$ 360.941,04
CLASSE II	R\$ 21.377.312,35
CLASSE III	5.164.460,35
CLASSE IV	53.899,49
TOTAL DO QUADRO DE CREDORES	R\$ 26.956.613,23

Valores em Reais (R\$)

SALDO DEVEDOR COM DESÁGIO

CLASSIFICAÇÃO DE CREDORES	VALOR DOS CRÉDITOS
CLASSE I	R\$ 360.941,04
CLASSE II	R\$ 14.964.118,65
CLASSE III	1.549.338,11
CLASSE IV	32.339,69
TOTAL DO QUADRO DE CREDORES	R\$ 16.906.737,48



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

CLASSE DE CREDORES	R\$ VL DÍVIDA	CARÊNCIA	Observação	JUROS		Ágio %	(-) Total R\$	Pz pagto
				a.m	a.a			
CLASSE I	R\$ 360.941,04	sem carência		0,00%	0,00%	100%	R\$ 360.941,04	12 meses
CLASSE II	R\$ 21.377.312,35	24 meses	Pagto juros na carência	1,00%	12,68%	70%	R\$ 14.964.118,65	96 meses
CLASSE III	R\$ 5.164.460,35	24 meses		0,00%	0,00%	30%	R\$ 1.549.338,11	96 meses
CLASSE IV	R\$ 53.899,49	12 meses		0,00%	0,00%	60%	R\$ 32.339,69	36 meses
	R\$ 26.956.613,23						R\$ 16.906.737,48	

1080
3850

[Handwritten signature]



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

AMORTIZAÇÃO										
BALANÇO DE PAGTO (PRINCIPAL - JUROS)	PERÍODO	PGTO	CLASSE I	CLASSE II	CLASSE III	CLASSE IV	Pagto anual principal	Juros classe II	Balanco	Estimativa mensal
0º ANO									R\$ 16.906.737,48	
1º ANO		R\$ 2.258.391,28	R\$ 360.941,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 360.941,04	R\$ 1.897.450,24	R\$ 16.545.796,44	R\$ 188.199,27
2º ANO		R\$ 1.908.230,14	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.779,90	R\$ 10.779,90	R\$ 1.897.450,24	R\$ 16.535.016,55	R\$ 159.019,18
3º ANO		R\$ 3.767.777,85	R\$ 0,00	R\$ 1.870.514,83	R\$ 193.667,26	R\$ 10.779,90	R\$ 2.074.961,99	R\$ 1.692.815,86	R\$ 14.460.054,55	R\$ 313.981,49
4º ANO		R\$ 3.543.316,07	R\$ 0,00	R\$ 1.870.514,83	R\$ 193.667,26	R\$ 10.779,90	R\$ 2.074.961,99	R\$ 1.468.354,08	R\$ 12.385.092,56	R\$ 295.276,34
5º ANO		R\$ 3.308.074,39	R\$ 0,00	R\$ 1.870.514,83	R\$ 193.667,26	R\$ 0,00	R\$ 2.064.182,09	R\$ 1.243.892,30	R\$ 10.320.910,47	R\$ 275.672,87
6º ANO		R\$ 3.083.612,61	R\$ 0,00	R\$ 1.870.514,83	R\$ 193.667,26	R\$ 0,00	R\$ 2.064.182,09	R\$ 1.019.430,52	R\$ 8.256.728,38	R\$ 256.967,72
7º ANO		R\$ 2.859.150,83	R\$ 0,00	R\$ 1.870.514,83	R\$ 193.667,26	R\$ 0,00	R\$ 2.064.182,09	R\$ 794.968,74	R\$ 6.192.546,28	R\$ 238.262,57
8º ANO		R\$ 2.634.689,06	R\$ 0,00	R\$ 1.870.514,83	R\$ 193.667,26	R\$ 0,00	R\$ 2.064.182,09	R\$ 570.506,97	R\$ 4.128.364,19	R\$ 219.557,42
9º ANO		R\$ 2.410.227,28	R\$ 0,00	R\$ 1.870.514,83	R\$ 193.667,26	R\$ 0,00	R\$ 2.064.182,09	R\$ 346.045,19	R\$ 2.064.182,09	R\$ 200.852,27
10º ANO		R\$ 2.185.765,49	R\$ 0,00	R\$ 1.870.514,83	R\$ 193.667,26	R\$ 0,00	R\$ 2.064.182,09	R\$ 121.583,40	R\$ 0,00	R\$ 182.147,12
(*) SOMATÓRIO		R\$ 27.959.235,03	R\$ 360.941,04	R\$ 14.964.118,65	R\$ 1.549.338,11	R\$ 32.339,69	R\$ 16.906.737,48	R\$ 11.052.497,55	R\$ 0,00	R\$ 0,00



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

108
109

Resumo das Liquidações de Credores por Classe									
Ano	CLASSE I	CLASSE II	CLASSE III	CLASSE IV	Ano	CLASSE I	CLASSE II	CLASSE III	CLASSE IV
2016	360.941,04	0,00	0,00	0,00	2022	0,00	1.870.514,83	193.667,26	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	10.779,92	2023	0,00	1.870.514,83	193.667,26	0,00
2018	0,00	1.870.514,83	193.667,26	10.779,90	2024	0,00	1.870.514,83	193.667,26	0,00
2019	0,00	1.870.514,83	193.667,26	10.779,90	2025	0,00	1.870.514,83	193.667,26	0,00
2020	0,00	1.870.514,83	193.667,26	0,00					
2021	0,00	1.870.514,83	193.667,26	0,00					

5. CREDORES RETARDATÁRIOS

Eventuais Credores, de qualquer natureza que não constarem da segunda relação de Credores a ser divulgada pelo Administrador Judicial (art. 7º, § 2º, da lei nº 11.101/05) serão classificados como CREDORES RETARDATÁRIOS, e receberão seus créditos com deságio de **80% (oitenta por cento)** no mesmo prazo estabelecido para os Credores da classe que pertenciam caso tivessem habilitado tempestivamente na RJ.

6. ALIENAÇÃO DE BENS

É permitida a alienação de bens móveis e imóveis da Empresa em recuperação, cujos recursos serão destinados à modernização dos equipamentos agregados a prestação de serviço, à recomposição do capital de giro e ao cumprimento das obrigações constantes no plano de recuperação aprovado.



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

7. LEILÃO REVERSO

Conforme informado anteriormente, a Empresa pretende realizar "Leilão Reverso de Créditos" mediante as receitas de 10% do lucro líquido gerado a cada semestre. *"Leilão Reverso de Créditos significa na prática destinar um percentual do fluxo de caixa da Empresa para aquisição de créditos com deságio."*

Serão vencedores do leilão aqueles Credores que ofertarem maior taxa de deságio sobre seus créditos. Nestes leilões serão oferecidos aos Credores Trabalhistas com as exceções do art. 54 da LRF, quirografários e com garantia real a oportunidade de receber seus créditos antecipadamente, conforme regras que serão estabelecidas quando da convocação dos Credores para a realização do leilão. O saldo remanescente não utilizado no leilão será destinado ao capital de giro.

A Empresa realizará semestralmente o leilão, cuja participação dos Credores é facultativa. Todos os Credores serão comunicados com 15 (quinze) dias de antecedência para que tenham condições de enviar seus lances e todas as regras de participação deverão ser divulgadas no mesmo comunicado.

8. PRIVILÉGIO AOS CREDORES QUE APOIAREM A RECUPERAÇÃO E CONCEDEREM BENEFÍCIOS A RECURENDA

8.1. Credores que concederem novas linhas de crédito

Aos credores que derem novas linhas de crédito para renovação da frota, para capital de giro e novos investimentos para aprimoramento da atividade fabril ou gerencial da



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

recuperanda poderá haver antecipação de recebíveis mediante quitação dos contratos, inclusive, ou outro benefício que ficar livremente acordado entre as partes, sem que isso implique em diferenciação entre credores da mesma categoria.

Tendo em vista que a recuperanda tem em suas dívidas bancárias um elevado nível de composição de garantias com alienação fiduciária, os credores da Recuperanda com este tipo de garantia abrem mão expressamente da faculdade prevista no artigo 49, § 3º, da Lei nº 11.101/05, por reconhecerem a essencialidade de todos os bens dados em garantia fiduciária para a continuidade das atividades da recuperanda, sejam eles caminhões, carretas, máquinas ou imóveis. Dessa forma, os credores resolvem se identificar apenas como credores com garantia real e manter todos esses bens e equipamentos na posse direta da recuperanda para viabilizar a manutenção da atividade empresarial, sem o esfacelamento total ou parcial de suas condições de gerar caixa.

Dessa forma, à exceção dos casos de quitação antecipada para renovação de frota ou outros, conforme previsto no item 8.1, ou mesmo de inadimplência das obrigações previstas neste plano, os bens permanecerão na posse direta da recuperanda, implicando estas disposições na imediata desistência de ações judiciais ou extrajudiciais de busca e apreensão ou consolidação da propriedade, conforme disposto em lei.

8.2. Tratamento privilegiado aos credores

É permitido o tratamento privilegiado aos Credores que continuarem fornecendo insumos de produção, prestação de serviços e disponibilizando linhas de crédito ao Grupo Econômico durante o período de recuperação judicial.

As premissas adotadas para a proposta de pagamento da dívida é a de que os valores assumidos terão que obrigatoriamente ser cumpridos no prazo e montante acordados.

[Handwritten signatures and initials]



- 1085
1085
- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
 - Departamento Contábil • Departamento Pessoal
 - Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
 - Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

Para tanto, se faz necessário que a proposta seja condizente com a capacidade de pagamento demonstrada pelas projeções econômico-financeiras, sob pena de inviabilizar o processo de recuperação da Empresa. O plano de pagamento projetado considera a unificação do passivo contido na lista de Credores do grupo econômico e está dividida em 04 grupos: **Credores Trabalhistas, Credores com Garantia Real, Credores Quirografários, Credores microempresa e empresa de pequeno porte.**

Ressalta-se que caso haja exclusão de algum Credor do rol de Credores apresentada pelo grupo econômico no processo de recuperação judicial, e sendo este crédito exigível fora do processo de recuperação, o valor reservado para o pagamento deste Credor neste plano será mantido para o pagamento deste valor, a este Credor, fora dos processos de recuperação judicial, uma vez que nas projeções já foram considerados os pagamentos do crédito em questão, mantendo assim o objetivo de viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do grupo econômico, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos Credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

9. PAGAMENTO COMUM

Levando em consideração que as verbas rescisórias do trabalhador, constantes de TRCT - Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho são direitos indisponíveis, tais verbas serão pagas integralmente a todos os trabalhadores, não sofrendo nenhuma espécie de deságio. Contudo não sofrerão a incidência de multa, juros ou qualquer espécie de penalidade, ainda que prevista em lei, em conformidade ao prazo estabelecido nas disposições gerais aplicáveis a esta classe.



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

Para os Credores inscritos na Classe I (trabalhistas), com créditos estritamente salarial o pagamento integral dos créditos não incluindo a multa do artigo 477, §§ 6º e 8º, da CLT, a multa do art. 467 da CLT e multa do artigo 479 da CLT, ocorrerá até o final de 30 dias subsequentes a data da publicação no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás da decisão de homologação do Plano de Recuperação e consequente concessão da recuperação do grupo econômico conforme artigo 54 da Lei 11.101/2005, destinando assim a totalidade da geração de caixa dos primeiros **30 dias** conforme demonstrado na Projeção de Resultados – Consolidado.

Para os demais Credores inscritos na Classe I (trabalhistas), com créditos vencidos após o pedido de RJ e aqueles que constarem da 2ª lista de Credores, independentemente do valor de seu crédito serão pagos em **45 dias** após a publicação da Homologação do Plano de Recuperação.

Inicia-se o pagamento dos créditos no primeiro mês após o vencimento do prazo de carência, considerado em 01 ano após a publicação no Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás da decisão de Homologação do Plano de Recuperação e consequente concessão da recuperação ao Grupo Econômico.

10. NOVAÇÃO DA DÍVIDA E SUSPENSÃO DE AÇÕES JUDICIAIS DE COBRANÇA

Nos termos do art. 59 da Lei nº 11.101/05, a aprovação do plano acarretará a novação de todas as dívidas sujeitas ao processo de recuperação judicial de nº 0011035-50.2013.8.17.810.

Desta forma, fica desde já estabelecida a suspensão da exigibilidade das dívidas sujeitas à recuperação judicial, tanto em relação à empresa, quanto em relação aos



- 1084
JOSY
- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
 - Departamento Contábil • Departamento Pessoal
 - Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
 - Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

sócios/avalistas/fiadores/garantidores, enquanto o plano de recuperação estiver sendo cumprido.

Todas as ações em curso (execuções/monitórias/cobranças ou qualquer outra medida judicial), ajuizadas em desfavor do grupo econômico da Recuperanda e/ou seus sócios/avalistas/fiadores/garantidores, relativamente aos créditos sujeitos à recuperação judicial, serão suspensas, devendo ser extintas em caso de:

- Encerramento da recuperação judicial (art. 61 e 63 da lei nº 11.101/2005);
- Quitação da dívida nos moldes do plano de recuperação aprovado;

Na hipótese acima de quitação da dívida, os bens dados em garantia da mesma pela Empresa Recuperanda e/ou seus sócios/avalistas/fiadores/garantidores, serão automaticamente liberados/desonerados.

Serão Baixadas as restrições lançadas em nome do Grupo Econômico em recuperação, seus sócios/avalistas/fiadores/garantidores nos órgãos de proteção ao Crédito (SPC, Serasa, Boa Vista, Sisbacen, etc) e Cartórios de Protesto, relativamente às dívidas sujeitas ao processo de recuperação Judicial nº201503159730 (315973-15.2015.8.09.0051).

11. CONCLUSÃO RESUMO DAS LIQUIDAÇÕES DE CREDORES

No quadro abaixo apresenta-se um resumo das projeções de liquidações de Credores Trabalhistas, Credores com Garantia Real, Credores Quirografários e Credores Microempresa e Empresa de Pequeno Porte através dos pagamentos, antecipado e comum, a serem efetuados conforme este plano de recuperação.



- Departamento de Expediente • Departamento Fiscal
- Departamento Contábil • Departamento Pessoal
- Assessoria Empresarial • Planejamento Tributário
- Gestão Patrimonial • Assessoria Jurídica e Pericial.

Resumo das liquidações de Credores da Recuperação							
Ano	Credores Liquidados	% Credores liquidados	Credores liquidados acumulado	Ano	Credores Liquidados	% Credores liquidados	Credores liquidados acumulado
2016	360.941,04	2,13%	360.941,04	2023	2.064.182,09	12,21%	10.714.191,21
2017	10.779,92	0,06%	371.720,96	2023	2.064.182,09	12,21%	12.778.373,30
2018	2.074.961,99	12,27%	2.446.682,95	2024	2.064.182,09	12,21%	14.842.555,39
2019	2.074.961,99	12,27%	4.521.644,94	2025	2.064.182,09	12,21%	16.906.737,48
2020	2.064.182,09	12,21%	6.585.827,03				
2021	2.064.182,09	12,21%	8.650.009,12				

Conforme a projeção destaca-se que ao final do segundo ano, aproximadamente 14,46% dos Credores terão seus créditos liquidados, sendo que os credores trabalhistas e credores microempresa e empresa de pequeno porte estarão com seus créditos liquidados integralmente.

Goiânia, 20 de Novembro de 2015.


JOSÉ LEOPOLDO DE SANT'ANNA JUNIOR

CPF n.º 267.245.536-87

Sócio-Administrador


CARLOS AUGUSTO R. DE SANT'ANN

CPF n.º 533.570.786-00

Sócio-Administrador


GUILHERME JOSÉ SOARES

CRC/GO 017058

Soares & Associados